

# **A PRESCRIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS, CONFEDERATIVA E ASSISTENCIAL\***

Alexandre Henrique Zangali

## ÍNDICE

- 1- Introdução
- 2- Conceituação
- 3- Da Prescrição da Contribuição Sindical
- 4- Da Prescrição da Contribuição Confederativa
- 5- Da Prescrição da Contribuição Assistencial
- 6- Conclusão
- 7- Bibliografia

## 1- INTRODUÇÃO

O objetivo do presente estudo é examinar a prescrição das três principais receitas sindicais, quais sejam, contribuição sindical, confederativa e assistencial. O tema é abordado pela doutrina tradicional<sup>104</sup> juntamente com as fontes de manutenção das entidades sindicais.

A prescrição é um instituto que evidencia a grande importância do tempo no direito. Seu fundamento é duplo "primeiramente, é uma punição ao titular do direito à ação que não agiu no interesse do direito, cuja proteção a ordem jurídica facultou-lhe. A segunda, mais comumente citada na doutrina, consiste em assegurar a paz e a

---

\* Extrato da Monografia de Pós-graduação intitulada "Receita Sindical".

<sup>104</sup> MARTINS. Sérgio Pinto. Receita Sindical: Contribuição Sindical Compulsória e Contribuição Confederativa. Curso de Direito Coletivo do Trabalho. Estudos em Homenagem ao Ministro Orlando Teixeira da Costa. Coordenador Georgenor de Souza Franco Filho. São Paulo. LTr, 1998, pág. 135/156.

estabilidade sociais que, de outras forma, estariam seriamente comprometidas caso os sujeitos pudessem reivindicar seus direitos indefinidamente.<sup>105</sup>"

O presente artigo iniciará com uma breve conceituação da contribuição sindical, confederativa e assistencial para após abordar os efeitos da prescrição em cada uma delas.

## 2- conceituação

Neste momento, e para facilitar a compreensão do presente artigo faz-se necessário conceituar cada uma da contribuições.

A contribuição sindical é "a prestação pecuniária, compulsória, tendo por finalidade o custeio de atividades assistenciais do sindicato e outras previstas em lei."<sup>106</sup> CRETELLA JÚNIOR, define-a como "'prestação anual', devida por todos os membros da categoria, em favor do sindicato que a representa. É paga de uma só vez. Para a empregados, o seu valor é o da remuneração de um dia por ano, descontada em folha de pagamento no mês de março. Para os empregadores, é proporcional ao capital da empresa. Para os autônomos, é baseado em um salário de referência."<sup>107</sup>

Consoante preceitua o inc. IV do art. 8º da Carta Magna, "a assembléia geral de cada sindicato tem o poder de fixar o valor de uma nova contribuição 'para custeio do sistema confederativo de representação respectivo'. Daí estar-se generalizando a denominação de 'contribuição confederativa'. Ela deve ser paga pelos empresários, empregados, agentes e trabalhadores autônomos, entre os quais se incluem os profissionais liberais, aos sindicatos representativos da correspondente categoria. Tratando-se de empregado, seja do setor urbano, seja do setor rural, a contribuição deve ser descontada na folha de pagamento dos salários e recolhida pelo empregador ao sindicato credor."<sup>108</sup>

Por fim pode-se definir a contribuição assistencial como sendo aquela "normalmente estabelecida em convenções coletivas ou em sentenças normativas para

---

<sup>105</sup> ANDRADE JÚNIOR. Attila de Souza. Comentários ao Novo Código Civil. Vol. 1., Parte Geral, Rio de Janeiro, Forense, 2004, pág. 339.

<sup>106</sup> MARTINS, Sérgio Pinto. Receita Sindical: Contribuição Compulsória e Contribuição Confederativa. Artigo publicado no Livro Curso de Direito Coletivo do Trabalho. Estudos em Homenagem ao Ministro Orlando Teixeira da Costa. *Op. Cit.*, página 144.

<sup>107</sup> CRETELLA JÚNIOR, José. Comentários a Constituição de 1988, Vol. II, Rio de Janeiro e São Paulo. Forense Universitária, 3ª Ed. 1998, página 1053.

<sup>108</sup> SÜSSEKIND, Arnaldo. Instituições de Direito do Trabalho. Direito Constitucional do Trabalho. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Renovar, 2001, Pág. 1146.

fins educativos, para fins assistenciais, colônias de férias, ambulatorios, hospitais e obras semelhantes.<sup>109,110</sup>

### 3- DA PRESCRIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

" Para todas as coisa há uma estação.

Para todos propósitos debaixo do céu há um tempo:

Tempo de nascer e tempo de morrer

Tempo de plantar e tempo de colher

.....

Tempo de calar e tempo de falar."

A preocupação do homem a respeito do tempo sempre existiu, como nos lembra a passagem acima citada de um dos livros da Bíblia Sagrada, o Eclesiastes<sup>111</sup>.

Originariamente, praescriptio (literalmente: escrito – scriptio; antes – prae) é o que se escreve antes, uma parte da 'formula' que se antepõe à mesma para limitar-lhe o conteúdo, quer a favor do demandante, quer do demandado, como ensinava Gaius, Inst., IV, §§ 130 e ss. Praescriptiones autem appellatas esse ab eo quod ante formulas praescribuntur, plus quam manifestum est (§ 132)<sup>112</sup>.

Ensina JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES que o estudo "voltado para prescrição no Direito do Trabalho, parte-se do pressuposto que se tenha conhecimento de seu conceito geral aplicável a qualquer campo jurídico, notadamente no Direito Civil. Mas assim mesmo são indispensáveis algumas considerações, impondo-se a citação de Carvalho Santos ("Código Civil Brasileiro Interpretado", Rio, Freitas Bastos, 1937, 2ª

---

<sup>109</sup> BATALHA, Wilson de Souza Campos. Sindicatos, Sindicalismo. *Op. Cit.* Pág. 134.

<sup>110</sup> A presente diferenciação também é observada na jurisprudência conforme pode ser observado no arresto a seguir transcrito:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS AO CUSTEIO DE SINDICATOS. EXIGIBILIDADE. 1. A Contribuição assistencial visa a custear as atividades assistenciais dos sindicatos, principalmente no curso de negociações coletivas. A contribuição confederativa destina-se ao financiamento do sistema confederativo de representação sindical patronal ou obreira. Destas, somente a segunda encontra previsão na Constituição Federal (art. 8º, IV), que confere à assembléia geral a atribuição para criá-la. Este dispositivo constitucional garantiu a sobrevivência da contribuição sindical, prevista na CLT. 2. Questão pacífica nesta Corte, no sentido de que somente a contribuição sindical prevista na CLT, por ter caráter parafiscal, é exigível de toda a categoria independentemente de filiação. 3. ... (STF. 2ª T. REExt. 224.885-RS – Rel. Min. Ellen Gracie, DJ. 06/08/2004)."

<sup>111</sup> COSTA NEVES, José Carlos de Souza. Decadência e Prescrição. Curso de Direito Tributário. Coord. Ives Granda da Silva Martins. 7ª Ed. Saraiva, São Paulo, 2000, pág. 189.

<sup>112</sup> BATALHA, Wilson de Souza Campos e RODRIGUES NETTO, Sílvia M. L. Batalha de. Prescrição e Decadência no Direito do Trabalho. 2ª Ed. São Paulo, LTr. 1998, pág. 31.

ed., vol. III, pág. 371) quando em sua clássica obra afirma: (...) 'Tal prescrição pode definir-se como sendo um modo de extinguir os direitos pela perda da ação que os assegurava, devido à inércia do credor durante um decurso de tempo determinado pela lei e que só produz seus efeitos, em regra, quando invocada por quem dela se aproveita.<sup>113</sup>'

A prescrição atinge a ação por consequência o direito que não pode mais ser exercido, restando ineficaz.

PONTES DE MIRANDA conceitua prescrição como "fatos de nascimento, ou terminação, ou desvirtuamento dos direitos, pretensões, ou ações, devido à continuação de exercício ou ao não exercício continuado. Daí distinguem-se, então, a prescrição aquisitiva<sup>114</sup> e a extintiva.<sup>115</sup>"

E prossegue afirmando que os "prazos prescricionais servem a paz social e a segurança jurídica. Não destroem o direito, que é; não cancelam, não apagam as pretensões; apenas, encobrimo a eficácia da pretensão, atendem à conveniência de que não perdue por demasiado tempo a exigibilidade ou a acionabilidade.<sup>116</sup>"

Por fim, reconhece que a "prescrição não atinge, de 'regra', somente a ação; atinge a pretensão, cobrindo a eficácia da pretensão e, pois, do direito, quer quanto à ação, quer quanto ao exercício do direito mediante cobrança direta (aliter, alegação de compensação, que depois estudaremos), ou outra manifestação pretensional.<sup>117</sup>"

Quatro são os requisitos necessários para a existência da prescrição extintiva: "a) a existência de ação exercitável; b) a inércia do titular da ação pelo seu não exercício; c) a continuidade dessa inércia por certo tempo; d) ausência de fato ou ato impeditivo, suspensivo ou interruptivo do curso da prescrição.<sup>118</sup>"

Quanto a decadência (também chamada de caducidade) pode ser conceituada como a perda da possibilidade de obter uma vantagem jurídica e garanti-la judicialmente, em face do não exercício oportuno da correspondente faculdade de obtenção<sup>119</sup>. Roberto de ruggiero observa que, na caducidade, não se trata de um direito que se extingue com o decurso do tempo, mas impede-se a aquisição do direito pelo

---

<sup>113</sup> PRUNES, José Luiz Ferreira. Tratado Sobre a Prescrição e a Decadência no Direito do Trabalho. São Paulo, LTr. 1998, pág. 11.

<sup>114</sup> A prescrição aquisitiva tem relevância nos estudos dos direitos reais sendo prescindível seu estudo no âmbito deste trabalho.

<sup>115</sup> MIRANDA, Pontes de. Tratado de Direito Privado. Tomo 6. São Paulo, Bookseller, pág. 133.

<sup>116</sup> *Idem*. Pág. 136.

<sup>117</sup> *Idem*. Pág. 137.

<sup>118</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. Parte geral. São Paulo, Atlas Jurídico, 2004, pág. 634.

<sup>119</sup> Cf. DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. *Op. Cit.* pág. 245.

transcurso inútil do tempo; ou, melhor ainda, a pretensão, a cujo exercício se prefixa um termo, nasce originariamente com esta limitação de tempo, de modo que não pode ser feita valer quando haja transcorrido; na prescrição, o direito nasce com duração indefinida e só se perde quando haja negligência em usá-lo<sup>120</sup>.

Existem as "caducidades com culpa, que se prendem ao ilícito *latu sensu*, e as sem culpa que são espécies dos atos-fatos jurídicos, há as caducidades de conteúdo, atos jurídicos *stricto sensu*, como o perdão, que é, conforme veremos, 'relicção', à semelhança do abandono da propriedade móvel."<sup>121</sup>

Distingue-se a prescrição da decadência, sendo a primeira "o direito é uma faculdade de agir atribuída ao titular, a ação é o meio judicial de proteção a esta mesma faculdade, sempre que violada ou ameaçada. Logo, se o prazo estabelecido é para a faculdade de agir, subordinando-a à condição de exercício dentro de determinado lapso de tempo, esse prazo é de decadência; mas se o prazo estabelecido se refere ao exercício da ação, uma vez ofendido o direito, esse prazo é de prescrição. A decadência extingue o direito diretamente, antes que haja se exteriorizado ou adquirido uma existência real; enquanto a prescrição só o extingue indiretamente, pela extinção da ação, depois de exteriorizada a realmente existente, mas atacada por qualquer violação. No primeiro caso, o direito não chega a ser e que contra ele surja obstáculo superveniente, que a ação tem por fim afastar, para reintegrá-lo em sua existência normal"<sup>122</sup>.

Conforme determina o artigo 606 da CLT<sup>123</sup>, cabe as entidades sindicais de primeiro grau promover a cobrança judicial via ação executiva da contribuição sindical, valendo como título de dívida a certidão expedida pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho e Emprego. O § 2º do supra citado artigo defere aos sindicatos quando da cobrança da contribuição os mesmos privilégios gozados pela Fazenda Pública, nos termos da Lei nº 6.830/80, com exceção que não há foro especial.

---

<sup>120</sup> RUGGIERO, Roberto. *Instituciones de Derecho Civil*, Trad. Serrano Suñer & Santa Cruz Teijeiro, tomo I, p. 339.

<sup>121</sup> MIRANDA, Pontes de. *Tratado de Direito Privado*. Tomo 2, São Paulo, Bookseller, pág. 443.

<sup>122</sup> MORAES FILHO, Evaristo. *Apud*. PRUNES, José Luiz Ferreira. *Tratado Sobre a Prescrição e a Decadência no Direito do Trabalho*. *Op. Cit.* Pág. 77.

<sup>123</sup> "Art. 606. CLT. Às entidades sindicais cabe, em caso de falta de pagamento da contribuição sindical, promover a respectiva cobrança judicial, mediante ação executiva, valendo como título de dívida a certidão expedida pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho. (Redação dada ao caput pelo Decreto-Lei nº 925, de 10.10.69)

§ 1º O Ministério do Trabalho baixará as instruções regulando a expedição das certidões a que se refere o presente artigo, das quais deverá constar a individualização do contribuinte, a indicação do débito e a designação da entidade a favor da qual é recolhida a importância da contribuição sindical, de acordo com o respectivo enquadramento sindical.

§ 2º Para os fins da cobrança judicial da contribuição sindical são extensivos às entidades sindicais, com exceção do foro especial, os privilégios da Fazenda Pública, para cobrança da dívida ativa. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 925, de 10.10.59)."

Devido a natureza tributária do instituto os prazos de prescrição e decadência são os previstos no Código Tributário Nacional, ou seja, é de 5 (cinco) anos para constituição do crédito, como prevê o art. 173 do CTN<sup>124</sup> e de 5 (cinco) anos para ser cobrada a contribuição, conforme art. 174 do CTN<sup>125</sup>.

#### 4- DA PRESCRIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

Sob a égide do Código Civil de 1916, lecionava SÉRGIO PINTO MARTINS, que "o prazo para a cobrança da contribuição confederativa é o estabelecido no Código Civil para questões de natureza privada, ou seja, de vinte anos, pois se trata de uma ação entre pessoas, como determina o artigo 177 da referida norma, não envolvendo coisas, pois do contrário seria de dez ou quinze anos, dependendo do caso. Dessa forma, o prazo de prescrição para cobrança da contribuição confederativa é o pertinente à regra geral, correspondente, portanto, a vinte anos, pois as demais regras do Código Civil sobre prescrição contemplam hipóteses específicas. O próprio artigo 179 do mesmo diploma legal estabelece que 'os casos de prescrição não previstos neste Código serão regulados, quanto ao prazo, pelo art. 177'. Isso quer dizer que se inexistente prazo específico de prescrição no artigo 178, do Código Civil para determinado instituto, como ocorre no caso vertente, o prazo é o geral do art. 177 da mesma norma. Pode-se concluir, também, que não há prazo de decadência para a constituição do crédito relativo à contribuição confederativa, por não haver previsão nesse sentido na lei, apenas existindo prazo de prescrição. Por ter natureza privada a contribuição confederativa, há somente o prazo de prescrição de vinte anos para cobrar a contribuição não recolhida, inexistindo um prazo para a constituição do crédito e outro para cobrança, apenas um para a cobrança. Assim, o sindicato ter apenas um prazo de vinte anos a contar da data em que a contribuição poderia ser exigida, isto é, do não pagamento na data oportuna, para ajuizar a competente ação de cobrança.<sup>126</sup>"

---

<sup>124</sup> "Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

**Parágrafo único.** O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento."

<sup>125</sup> "Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva."

<sup>126</sup> MARTINS, Sérgio Pinto. Contribuição Confederativa. *Op. Cit.* Pág. 189/190.

Com o advento do novo Código Civil em 10 de janeiro de 2002, os prazos prescricionais foram reduzidos pela incidência do novo art. 205 <sup>127</sup>, onde fixa prazo geral de 10 (dez) anos para cobrança da contribuição devida.

Neste momento importante fazer algumas digressões sobre a prescrição e o direito intertemporal.

A prescrição iniciada e terminada sob a vigência de uma mesma lei sujeita-se apenas a ela. São imunes a qualquer efeito modificativo advindo da nova lei <sup>128</sup>.

Não se pode resolver pelo "direito adquirido o conflito intertemporal de leis quando o prazo de prescrição não se completou sob o império da lei anterior e a inovação da norma superveniente resultou em redução ou ampliação do referido prazo. Não se pode impor a continuidade da regência da lei anterior, porque o curso de prazo inacabado não corresponde a direito adquirido nem a situação jurídica consolidada. Enquanto não se aperfeiçoa a prescrição, a parte que dela irá se beneficiar tem apenas uma esperança ou uma simples expectativa, tanto que a mera quebra da inércia pelo credor tem a força de eliminar, por completo, o prazo transcorrido de forma incompleta. <sup>129</sup>"

A dificuldade aumenta quanto parte do prazo prescricional se passaram sob regimes de leis diversas.

PAUL ROUBIER sintetiza os efeitos da lei nova sobre o prazo prescricional em curso: "a) no caso de a lei nova ampliar o prazo para prescrever, a prescrição deve continuar até que o prazo se consume, computando naturalmente o tempo ocorrido sob a lei anterior. Se a lei nova poderia obstar à prescrição, pode com maior razão alongá-la; dá-se, simplesmente, a continuação do prazo iniciado ao tempo da lei velha, fazendo-o atingir o limite ampliado pela lei nova; b) no caso de a lei nova abreviar o prazo para prescrever, a nova disposição não poderá ser aplicada imediatamente ao prazo em curso, sem o risco de ser retroativa; com efeito, o novo prazo poderia já ter-se completado sob a lei anterior. Por isso, começa-se a contar o prazo novo (reduzido) a partir da data de

---

<sup>127</sup> Art. 205. CCB. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

<sup>128</sup> Neste sentido a jurisprudência a seguir:

"Se a prescrição se consumou anteriormente à entrada em vigor da nova Constituição, é ela regida pela lei do tempo em que ocorreu, pois, como salientado no despacho agravado, 'não há que se confundir eficácia imediata da Constituição a efeitos futuros de fatos passados com a aplicação dela a fato passado'. A Constituição só alcança os fatos consumados no passado quando expressamente o declara, o que não ocorre com referência à prescrição (STF, 1ª T., Ag. Em AI 139.004-3/MG, Rel. Min. Moreira Alves, Ac. de 04.08.1995, DJU 02.02.1996, P. 853)."

<sup>129</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. Comentários ao Novo Código Civil, volume 3. T. 2. Rio de Janeiro, Forense, 2003, pág. 297.

vigência da lei nova. Todavia, sua fluência será adicionada ao tempo transcorrido durante a lei anterior e a soma não poderá ultrapassar o prazo maior, ou seja, aquele estipulado pela lei revogada. O prazo novo (menor) será interrompido no momento em que sua soma com o lapso anterior completar o tempo previsto na lei revogada. Somente correrá todo o prazo previsto na lei nova quando o seu termo se der antes de perfazer o tempo da lei velha; c) as alterações que a lei nova introduz acerca do início do prazo prescricional ou de seu termo final devem ser entendidas como ampliação ou redução da prescrição, pois é o que de fato provocam. Assim, o prazo inovado deverá ser aplicado da mesma forma prevista para as hipóteses cogitadas nas letras "a" e "b" supra; d) as causas de interrupção ou suspensão regulam-se pelas leis do momento em que se verificam; se são criadas pela lei nova, não retroagem e só interferem no prazo em curso a partir da vigência da nova regra.<sup>130</sup>

A regra de transição prevista no artigo 2.028<sup>131</sup>, apresenta uma 'postura' prático-normativa ao "estabelecer uma continuidade entre o momento passado e o presente, determinando condições ao cômputo do tempo para a configuração da prescrição (extintiva ou aquisitiva), e da decadência. Com o escopo de evitar conflitos ou lesões que poderão emergir do novo Código em confronto com o de 1916, esta norma intertemporal sub examine, procura, portanto, conciliar o novel diploma legal com relações relativas a prazos já definidas pelo Código Civil de 1916.<sup>132</sup>

Quanto ao "encurtamento do prazo, a regra transitória do Código de 2002 manda conservar o regime da lei revogada, sempre que ao tempo da entrada em vigor da lei atual já houver transcorrido mais da metade do tempo previsto na regra antiga. Para os casos em que houver transcorrido menos da metade do prazo da lei antiga, dar-se-á, normalmente, a submissão ao prazo novo a partir da vigência do atual Código.<sup>133</sup>

E prossegue, agora afirmando que os "dois regimes de adaptação de prazo em curso deverão ser observados, conforme a dimensão do tempo transcorrido na vigência da lei antiga, ou seja: (...) a) Se o prazo da lei velha já tiver sido consumado em mais da metade, continuará sob o comando da lei de seu início até o tempo nela estipulado. A lei nova não lhe será aplicada. (...) b) Se apenas uma porção igual ou inferior à metade tiver se passado, ao entrar em vigor o novo Código, passará a ser aplicado o prazo reduzido instituído pela disposição atual.<sup>134</sup>

## 5- DA PRESCRIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

---

<sup>130</sup> ROUDIER, Paul. "apud" THEODORO JÚNIOR, Humberto. Comentários ao Novo Código Civil. *Op. Cit.* Págs. 299 e 300.

<sup>131</sup> "Art. 2.028. Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada."

<sup>132</sup> DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 9ª Ed. São Paulo, Saraiva, 2003, pág. 1368/1369.

<sup>133</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. Comentários ao Novo Código Civil. *Op. Cit.* Pág. 300.

<sup>134</sup> *Idem.* pág. 301.



Diverge a jurisprudência quanto a norma legal regulamentadora da prescrição da contribuição assistencial. A corrente jurisprudencial capitaneada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região afirma ser aplicável as regras do Código Civil (artigos 177 a 179 do Código Civil de 1916, e caput do art. 205 do atual Código Civil). O argumento principal seria de que a cobrança de dita contribuição não constitui crédito de natureza trabalhista, ainda que tenha origem na existência de trabalho subordinado<sup>135</sup>.

Neste caso a prescrição da contribuição assistencial se daria da mesma forma do que a prevista para a confederativa, inclusive quanto as regras de transição.

Contudo o Tribunal Superior do Trabalho decidiu que a prescrição incidente sobre a contribuição assistencial é aquela prevista no art. 7º inciso XXIX da Constituição Federal e não a prevista no Código Civil pois o empregador é "mero repassador da parcela, que é descontada do salário dos empregados. Tem-se, portanto, que a sua exigibilidade está intimamente ligada ao próprio desenrolar da relação empregatícia, o que lhe atribui inequívoca natureza trabalhista e atrai aplicação do prazo prescricional previsto no artigo 7º, XXIX, da Constituição"<sup>136</sup>.

---

<sup>135</sup> EMENTA: DA PRESCRIÇÃO. Ação de cumprimento. Demanda que versa sobre a existência ou não de crédito de entidade sindical perante o empregador. Inaplicabilidade do art. 7º, XXIX, da Constituição Federal. Caso em que es afasta o comando de extinção do feito com julgamento de mérito e se determina o retorno dos autos à instância de origem para exame da matéria de fundo objeto da presente ação (incidência do parágrafo 2º do artigo 515 do CPC). Recurso provido. TRT 4ª R. RO, Proc. N. 00589-2003-511-04-00-0, Rel. CARMEN GONZALEZ, DOE. 27/09/2004.

No mesmo sentido:

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL. PRESCRIÇÃO. O recolhimento de contribuição assistencial postulado pelo sindicato representativo dos trabalhadores tem nítida natureza civil, o que implica na consideração dos prazos prescricionais previstos na legislação civil, e não daqueles previstos no art. 7º, XXIX, da CF e no art. 11 da CLT, que regulam os prazos prescricionais para as ações em face de créditos resultantes da relação de emprego. TRT 4ª R., RO. Proc. N. 01214-2002-251-04-00-0, Rel. MILTON VARELA DUTRA, DOE 29/03/2004.

<sup>136</sup> EMENTA: AÇÃO DE CUMPRIMENTO - SINDICATO - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL - PRESCRIÇÃO. A contribuição assistencial prevista em acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa, tem como destinatária a categoria profissional representada pelo sindicato. O empregador, por sua vez, é mero repassador da parcela, que é descontada do salário dos empregados. Tem-se, portanto, que a sua exigibilidade está intimamente ligada ao próprio desenrolar da relação empregatícia, o que lhe atribui inequívoca natureza trabalhista e atrai aplicação do prazo prescricional previsto no artigo 7º, XXIX, da Constituição. Registre-se, por outro lado, que a contribuição assistencial encontra-se inclusa no rol dos direitos sociais (CF, art. 8º, IV), de modo que, por mais este fundamento, é de ser afastada a aplicabilidade da prescrição prevista no Direito Civil. Recurso de embargos provido. SÍNTESE: Tema(s) abordado(s) no acórdão: I - Preliminar de nulidade do acórdão da turma por negativa de prestação jurisdicional. - Preliminar não conhecida. II - Admissibilidade - recurso de embargos - admissibilidade do recurso de revista - violação do artigo 896 da CLT - ação de cumprimento - cláusula normativa - contribuição assistencial - prescrição. - Conhecido por violação dos artigos 896 da CLT e 7º, inciso XXIX, da CF/1988. - Mérito - embargos acolhidos. III - Admissibilidade - recurso de embargos - admissibilidade do recurso de revista - violação do artigo 896 da CLT - competência da Justiça do Trabalho - ação de cumprimento - cláusula normativa - contribuição assistencial. - Embargos não conhecidos. IV - Admissibilidade - recurso de embargos - admissibilidade do recurso de revista - violação do artigo 896 da CLT - ação de cumprimento - cláusula normativa - contribuição confederativa -

## 6- CONCLUSÃO

O Presente estudo teve sua preocupação voltada para os efeitos da prescrição sobre cada uma das três principais contribuições devidas as entidades sindicais.

A contribuição sindical, por ter natureza jurídica de tributo, sua prescrição obedece as regras de constituição e cobrança previstas no Código Tributário Nacional.

Já a prescrição da contribuição confederativa segue as diretrizes traçadas pelo direito civil comum.

Quanto a contribuição assistencial existe séria divergência quanto a norma jurídica regulamentadora da prescrição. A primeira corrente, capitaneada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região afirma ser aplicável as regras do Código Civil. Por sua vez o TST decidiu que a prescrição incidente sobre a contribuição assistencial é aquela prevista no art. 7º inciso XXIX da Constituição Federal. Contudo não há, atualmente, como por termos definitivos a discussão.

Os sindicatos, para serem realmente livres e representativos, necessitam obter autonomia financeira. Somente assim poderão fielmente defender e lutar pelos legítimos direitos dos representados, sejam eles trabalhadores ou empregadores. Contudo deverão atuar respeitando as normas e prazos estabelecidos pelo ordenamento jurídico.

## 7- BIBLIOGRAFIA

ANDRADE JÚNIOR, Attila de Souza. Comentários ao Novo Código Civil. Vol. 1., Parte Geral, Rio de Janeiro, Forense, 2004.

BATALHA, Wilson de Souza Campos. Sindicatos, Sindicalismo. 2ª Ed. São Paulo. LTr, 1994.

CRETELLA JÚNIOR, José. Comentários a Constituição de 1988, Vol. II, Rio de Janeiro e São Paulo. Forense Universitária, 3ª Ed. 1998.

COSTA NEVES, José Carlos de Souza. Decadência e Prescrição. Curso de Direito Tributário. Coord. Ives Granda da Silva Martins. 7ª Ed. Saraiva, São Paulo, 2000.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo, LTr, 2002.

DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 9ª Ed. São Paulo, Saraiva, 2003.

MARTINS, Sérgio Pinto. Contribuição Confederativa. São Paulo. LTr, 1996.

PRUNES, José Luiz Ferreira. Tratado Sobre a Prescrição e a Decadência no Direito do Trabalho. São Paulo, LTr, 1998.

MIRANDA, Pontes. Tratado de Direito Privado. São Paulo, Bookseller, 2000, tomos II e VI.

SÜSSEKIND, Arnaldo. Instituições de Direito do Trabalho. Direito Constitucional do Trabalho. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Renovar, 2001.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Comentários ao Novo Código Civil, volume 3. T. 2. Rio de Janeiro, Forense, 2003.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. Parte geral. São Paulo, Atlas Jurídico, 2004.